CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 05/02

Fim do Goiás na Frente preocupa prefeitos

FINANÇAS Encerramento do programa deve afetar mais de 300 obras e aquisições e atingir 207 municípios, que deveriam receber cerca de R$ 290 milhões para finalizar convênios com o Estado

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

Hegon Correia



Secretário de Governo, Ernesto Roller, informou em coletivo que não há recursos para manter o programa

Prefeitos afirmam não ter condições de dar continuidade a obras, caso o Goiás na Frente seja encerrado. A reação vem à fala do secretário de Governo, Ernesto Roller, de que "o Estado não dispõe de recursos" para mantê-lo. O encerramento do programa deve atingir mais de 300 obras e aquisições de 207 municípios, que deveriam receber aproximadamente R$ 290 milhões para finalizar os convênios.

O anúncio foi feito ontem por Roller (MDB), um dia após o POPULAR mostrar que apenas quatro dos 222 municípios com convênios firmados via programa receberam parcelas integrais relacionadas a todos os contratos. O secretário diz que conversará com todos os prefeitos para averiguar cada situação.

Segundo ele, foi também solicitado um relatório de disponibilidade financeira à secretaria de Economia para estudar o que pode ser feito em relação às obras que já começaram, mas estão paralisadas por falta de recursos. Contudo, já adiantou saber "que não há recursos para manter o programa."

O prefeito de Ivolândia, Fábio Seabra (PPS), classifica a situação de seu município como "caótica". "Tenho quatro convênios, um deles para reforma e ampliação do centro administrativo, que está sem funcionar. Estamos funcionando em tendas e casa alugada. Há arquivos sendo danificados", diz.

O convênio para a reforma é de R$ 270,5 mil e a prefeitura recebeu R$ 54,1 mil referentes a duas parcelas. Fora essa, Ivolândia também tem convênios para "construção de garagem municipal", "construção de praça" e "pavimentação asfáltica". Seabra diz que todas as quatro obras começaram, mas estão paradas. Juntos, os contratos somam R$ 1,4 milhão, mas foram pagos apenas R$ 299,2 mil.

> *"Queremos saber o porcentual de conclusão de cada obra para que os prefeitos não fiquem com as consequências financeiras e jurídicas"*
>
> **Haroldo Naves (MDB), presidente da FGM**

Pedro Fernandes (PSDB), de Porangatu, afirma que ainda está fazendo parte de recapeamento referente a um dos convênios firmados com o Estado – a cidade tem dois, que somam R$ 7 milhões, mas só recebeu R$ 2,2 milhões. Ele garante, porém, não ter condições de dar continuidade à obra. "E é uma pena não manter (o programa) porque a situação dos municípios está bem pior que a do Estado."

Vando Vitor (PSDB), de Palmeiras de Goiás, por sua vez, relata que assumiu uma das duas obras conveniadas, mas que a outra vai parar. "Vamos fazer a construção da praça com recursos próprios, mas a canalização do Córrego do Pontilhão só continuará se eu fizer um financiamento." De R$ 3,4 milhões, a cidade recebeu R$ 877,6 mil.

Já o prefeito de Córrego do Ouro, Murilo Cesar da Silva (PP), diz que a obra de recapeamento e reconstrução não está parada, apesar de não ter recebido mais repasses. "Já esperava por isso, então só fiz obras de acordo com o dinheiro que entrou." Repasses do município foram de R$ 761,3 mil de R$ 1,4 milhão em convênios.

Para Issy Quinan (PP), de Vianópolis, o ideal seria o governo repassar pelo menos outros 30% dos recursos aos municípios. O governo anterior pagou 34,5% do pactuado. "Se fizesse isso, seria uma ajuda valiosa aos municípios. Esse é um programa de Estado e não de governo."

ALTERNATIVA

O presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Haroldo Naves (MDB), conta que a entidade está fazendo levantamento da situação das obras dos municípios a fim de traçar um "plano B". "Estamos fazendo o mapeamento para encontrar uma solução. Sabemos das dificuldades do Estado, mas os municípios também não conseguem arcar."

De acordo com Naves, que é prefeito de Campos Verdes, a intenção é diminuir o prejuízo. "Queremos saber o porcentual de conclusão de cada obra para que os prefeitos não fiquem com as consequências financeiras e jurídicas de convênios que foram assinados pelo Estado."

JURÍDICO

O secretário de Governo, Ernesto Roller, diz que a possibilidade jurídica que é estudada diz respeito à prestação de contas "do que foi feito" para que cada caso seja estudado. "Não haverá mais repasses, mas alguns municípios têm intenção de concluir a obra com recursos próprios. Mas a solução jurídica para esses convênios será encontrada depois de análise de cada um dos contratos", garante. No total, são 477 convênios, que somam R$ 533,6 milhões em obras, mas só um terço disso foi pago.

Goiânia ficará sem repasses

Relatório divulgado pela Secretaria de Governo (Segov) ontem mostra que há 312 obras paradas pela falta de repasses do Estado aos municípios e que 45 convênios sequer foram iniciados, isto é, não houve nenhum repasse. Em relação a estes, o titular da pasta, Ernesto Roller, afirmou que serão automaticamente cancelados.

Entre eles, está o de Goiânia, o maior do Goiás na Frente: R$ 35 milhões para construção do corredor Leste Oeste, obra que envolve a revitalização da Praça do Trabalhador e extensão da Avenida Leste Oeste até Senador Canedo.

O secretário de Infraestrutura de Goiânia, Dalzonan Martins, já havia dito ao POPULAR no domingo (3) que procuraria o Estado para "manter a parceria", logo depois de dada a ordem de serviço para a obra da Praça do Trabalhador, o que deve ocorrer ainda neste mês.

Segundo ele, o caso de Goiânia é diferente do das demais cidades porque, no contrato estava prevista liberação de prédio no Setor Norte Ferroviário como contrapartida da Prefeitura para o recebimento dos R$ 35 milhões. "Foi cumprido, então, o convênio deve continuar."

Em nota, a Segov diz, porém, que a Prefeitura não cumpriu o acordo de liberação do prédio e que, como não recebeu nenhum repasse, o convênio será cancelado.

"A liberação de recursos estava condicionada à desocupação, por parte do município, de imóvel de propriedade do governo estadual dentro do prazo de 120 dias, o que não aconteceu. Tendo em vista que o convênio não recebeu nenhum repasse, o mesmo deve ser cancelado."

As obras do corredor Leste Oeste estão orçadas em aproximadamente R$ 68 milhões, dos quais R$ 33 milhões são de recursos municipais. A primeira parte da obra, a Praça do Trabalhador, tem prazo de entrega previsto para cinco meses.

Prefeito de Bonfinópolis diz que não recebeu recursos para pista

O prefeito de Bonfinópolis, Kelton Pinheiro (PSB), diz que o município não recebeu recursos para a construção de pista de caminhada, como noticiado pelo POPULAR ontem, embora confirme que a cidade está entre as quatro que receberam todo o recurso previsto em seus convênios – em Bonfinópolis, o maior convênio, R$ 1 milhão, foi para recapeamento asfáltico. Segundo ele, "o convênio (da pista) não é do Goiás na frente." "É recurso de emenda parlamentar e o município não recebeu os R$ 100 mil para este objeto", diz em nota. Segundo a Segov, porém, embora o recurso seja oriundo de emenda, o repasse que deveria ser feito – está como "a empenhar" nos dados a que a reportagem teve acesso – está, sim, dentro do programa. Isso porque o Goiás na Frente reuniu recursos de várias fontes. O rastreio dessa fonte, aliás, é um dos motivos pelos quais o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Sebastião Tejota determinou prestação de contas, mesmo que parciais, por parte dos prefeitos, tendo em vista posterior tomada de contas especial sobre os repasses a fim de determinar possíveis responsabilidades, caso tenha havido dano ao erário público.

O POPULAR 05/02



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Caiado e Schmidt vão ao STF e entregam documento por mudanças na LRF

O governador Ronaldo Caiado (DEM) e a secretária da Fazenda, Cristiane Schmidt, entregaram ontem, ao presidente do STF, ministro Dias Toffoli, documento assinado por oito secretários da Fazenda a favor da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questiona pontos da LRF. Respaldada por Estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a carta, articulada por Schmidt, defende a manutenção de dois dispositivos suspensos de maneira cautelar: o que permite a redução da carga horária de servidores e de seus salários em caso de gastos acima dos limites de pessoal previstos pela lei; e outro que permite ao Executivo dividir a frustração de receitas entre todos os poderes e órgãos do Estado. "Quisemos mostrar que não é só Goiás que está nesta situação difícil. Outros Estados estão em situação fiscal ruim e acreditamos que o ministro ficou sensibilizado", diz a auxiliar de Caiado.